

Heterogeneidade constitutiva, contradição histórica e sintaxe

Solange Mittmann*

Resumo

No presente texto discutimos alguns aspectos sobre a constituição do discurso no cruzamento da materialidade histórica com a materialidade linguística. Como a discursividade se estende no fio do discurso? Como o que é imposto e o que é interdito numa formação discursiva são costurados na sintaxe? Como a autoria trabalha com e sob a heterogeneidade e a contradição? Para discutir tais questões, analisamos a nota da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e a nota do MST emitidas quando um trabalhador sem-terra foi assassinado por um policial durante uma reintegração de posse.

Palavras-chave: Heterogeneidade do discurso. Formação discursiva. Autoria. Imposição e interdição do dizer.

Eis o discurso, sem início nem fim

Falar em heterogeneidade do ponto de vista da análise do discurso (AD) implica considerar de antemão que não há fronteira evidente entre um dentro e um fora do discurso, mas o que se poderia chamar de um fora-dentro: algo da exterioridade é interno ao próprio discurso. Isso porque a própria constituição do discurso se dá pela multiplicidade de fragmentos, de partículas disformes de discursos e, também, de saberes dispersos cujo manancial muitas vezes se perdeu. Alguns desses fragmentos, a partir de determinado movimento (de conflito, de confronto, de aliança, de sobreposição etc.), aproximam-se não de forma aleatória, mas sob controle pela ideologia que interpela o indivíduo em sujeito. E o já-sabido intervém, pelo reconhecimento ou pelo esquecimento, para a atribuição

* Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS.

Data de submissão: abril de 2010. Data de aceite: julho de 2010

de sentido. Compõe-se, então, o discurso, que se materializa no texto pela língua.

Nessa composição, os fragmentos são organizados, articulados e colados uns aos outros por uma *função-autor*, que é interna ao discurso, mas que leva ao efeito externo de uma *função de autor*, uma função enunciativa do sujeito em relação ao discurso e perante o social. A mesma função-autor que executa a aderência, sob as determinações da interpelação ideológica, faz ainda o descarte de outros fragmentos que também se aproximaram, mas que não podem ser ditos, e deixa ou não, no fio do discurso, vestígios dos fragmentos ou rastros do processo de exclusão. Movimento, aproximação e colagem se dão sob trabalho do simbólico, na intervenção do histórico sobre o linguístico, o que leva à opacidade, já que este movimento não deixa um traçado, mas apenas indícios sobre os quais trabalha o analista do discurso.

Assim, a noção de heterogeneidade, mais do que abarcar um universo maior do que a de intertextualidade linguística – fragmento de um texto outro devidamente demarcado no texto de análise –, ou a de polifonia enunciativa – pontos de vista que o locutor organiza no enunciado –, é de outra ordem.

A análise do discurso, ao discutir a heterogeneidade, não se limita a uma descrição das relações internas de costura evidente de vozes, nem ao trabalho cognitivo de locutor e alocutário em busca da uniformidade, nem à revelação de instruções para descrição da enunciação. Observar o atravessamento eventual da

voz de um *outro* identificável no discurso do *um* só serve à teoria como um passo a mais no caminho para a discussão sobre as condições de produção do discurso, as relações de força, as relações de sentido, os conflitos fronteiriços e as contradições internas das formações.

A natureza do discurso é da ordem do repetível, do já-lá do interdiscurso que funciona sob a forma de fluxo e refluxo, pela memória, no intradiscurso. Uma memória que “não restitui frases escutadas no passado” (ACHARD, 1999, p. 16), mas que é um corpo interdiscursivo preexistente de traços sócio-históricos (PÊCHEUX, 1990a, p. 289).

O discurso se dá no cruzamento do eixo vertical, da materialidade histórica, com o eixo horizontal, da materialidade linguística. Tanto o que é do vertical como o que é do horizontal trazem o repetível, isto é, a estrutura, e o cruzamento dos dois eixos é da ordem da atualidade, do particular.

Por isso, a cada novo jogo fora-dentro, interdiscurso-intradiscurso, a repetibilidade pode ser atualizada levando ao efeito de uma particularidade. Isso é o que leva o analista do discurso a tomar como ponto de partida para pensar o discurso justamente no entremeio em que tal discurso se constitui, o jogo de forças que fez com que sentidos já-lá se deslocassem e se atualizassem. O discurso surge do conflito, da resistência da língua e da contradição da história.

É do funcionamento da materialidade linguística do discurso que partimos para a discussão sobre a sua materia-

lidade histórica, suas condições históricas de produção. E por materialidade histórica estamos dizendo que não se trata da situação de enunciação (eu-tu/aqui-agora), mas que é somente a partir da identificação particular do sujeito de discurso com uma formação discursiva (FD) que é possível re-dizer o já-dito, que por ser dito em condições particulares já é re-significado.

A produção do discurso, portanto, se dá pela dispersão, pelas tentativas de contenção e sob o efeito de unidade. A dispersão do discurso (bem como a do sujeito e a do sentido que nele se constituem juntos) é disfarçada duplamente: pelo efeito de que há bordas de separação entre discurso e história e pelo efeito de que é possível ao sujeito controlar a língua. Em outras palavras, o real da história e o real da língua são, necessariamente, disfarçados pelos efeitos de evidência e de transparência.

Como uma luz forte que cega, a falsa transparência oculta-nos que há opacidade, como se sujeito e sentido fossem tão estabilizados que não poderiam ser de outro modo. Quer dizer, sendo X não poderia ser Y, na “lógica do ou... ou” (PÊCHEUX, 1990b, p. 30). Enquanto isso, os sentidos, alheios a essa lógica e a toda ilusão de controle e estabilidade, deslizam em deriva. E é justamente porque os sentidos deslizam em deriva que há atualidade, surgimento de discurso, entrada do sujeito no processo discursivo.

Se, de um lado, a função-autor leva a uma certa estabilização dos sentidos que

teimam em deslizar, por outro, a leitura desestabiliza esses sentidos, trazendo fragmentos outros. É o que Indursky (2001, p. 39) chama de *heterogeneidade provisoriamente estruturada*. Provisoriamente porque a leitura, ao desestabilizar aquilo que parecia estabilizado, imediatamente volta a dar contornos de certa estabilidade. Essa aparência de estabilidade é o efeito-texto, isto é, “o efeito de uma superfície plana e sem emendas” (p. 32).

Em outras palavras, na relação discurso-texto, pode-se dizer que o discurso inicia muito antes do que é tomado como início do texto e termina muito depois do que é tomado como fim do texto. E porque os sujeitos (e a nossa tradição de estudo de texto, baseada na descrição e na prescrição) não aceitam a dispersão do discurso, visto que ela revelaria a dispersão do sujeito; é preciso o efeito de fechamento das bordas de início e de fim do texto: “Esse ‘fecho’ sempre arbitrário, mas necessário” (GALLO, 2008, p. 213).

O efeito de o texto ter um início conforta a ilusão de o sujeito ser a origem do dizer, assim como o efeito de o texto ter um fim conforta a ilusão do controle dos sentidos pelo sujeito. Enquanto isso, o movimento do discurso segue para aquém e para além e, ainda, por entre as palavras, no espaço do silêncio. Por isso, Pêcheux (1990b, p. 30) propõe, em lugar da “lógica do ou... ou”, “abordar o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta, etc.”

Lidamos, portanto, com a opacidade – da língua, da história, do sujeito – sob

a aparência da transparência. Do cruzamento história-língua, desliza a história e desliza a língua, não sem resistência, sempre sob o efeito de permanência, de estabilidade, efeito este provocado pela sedimentação. Quer dizer, por um lado, somente a camada superior do sedimentado é visível; esquece-se de que as outras camadas estão em constante luta de forças e que, a qualquer momento, uma delas pode emergir e tomar o lugar visível (evidente) da superfície, levando a um novo efeito de estabilidade. Ou, como diz Orlandi (1993, p. 46), “porque é histórico muda, porque é histórico permanece”.

O jogo de forças próprio à ideologia é o que faz, por um lado, tudo se movimentar e, por outro, tudo parecer estacionado. O mesmo jogo de forças revolve o sujeito a tal ponto que ele não pode ser concebido senão como o sujeito da falha e da contradição, afinal é afetado pelo inconsciente (cuja propriedade é a falha) e interpelado pela ideologia (cuja propriedade é a contradição). E é justamente pelo funcionamento do inconsciente e da ideologia, que funciona a ilusão de o sujeito ser a origem do dizer e de ele ter o controle dos sentidos. A dispersão do sujeito funciona, portanto, sob essa ilusão subjetiva. O real da história, isto é, a contradição, na figura da interpelação, funciona sobre o sujeito pelo efeito de que ele é autossuficiente – como o Barão de Münchhausen, capaz de se erguer puxando os próprios cabelos, na clássica imagem citada por Pêcheux (1995).

E tudo se dá pela língua. Língua que faz deslizar. Se o discurso se dá no cruzamento entre o vertical (histórico) e o horizontal (linguístico), é através do texto que esse linguístico se materializa, ou seja, o texto é a materialização do discurso na língua. Mas a relação discurso-texto não é uma relação direta e tranquila; ao contrário, a língua resiste e é trabalhada pela história, o que leva ao equívoco do sentido, e o não-dito se atravessa como presença silenciosa, elíptica, no próprio dito.

A dispersão do sentido, o efeito metafórico – sempre uma palavra pela outra –, os deslizamentos, a possibilidade de que o sentido sempre possa ser outro..., tudo isso é o próprio da língua, mas, em função do esquecimento necessário primordial, é tomado como raridade – linguagem de fim de semana: um sentido conotativo sempre dependente de um sentido denotativo, sob a ilusão da univocidade e da evidência. O real da língua – afetado pelo real da história, o que resulta no equívoco – oculta-se ao sujeito sob a ilusão objetiva, a da evidência do sentido.

A proposta de Pêcheux para o trabalho com o “ordinário do sentido” escapa a duas perspectivas: de um lado, a “manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento”; de outro, as “transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori” (PÊCHEUX, 1990b, p. 51). O autor propõe, então, uma perspectiva que consi-

dere que “toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (p. 53).

A interpretação em certa direção

Desfazer as evidências é o trabalho do analista. Escarafunchar o texto, levantar os ditos, mas principalmente arriscar-se aos não-ditos, presença-ausência. E então nos deparamos com dois tipos de não-ditos constitutivos do dito: aqueles possíveis a partir de determinada identificação com uma formação discursiva (parafrásticos) e aqueles impossíveis (polissêmicos).

Há formulações que, embora não tenham sido ditas, constam no rol do que era possível dizer naquelas mesmas condições de produção, pois, como diz Orlandi (2001, p. 90):

Um texto tem em suas margens muitos outros textos, as famílias parafrásticas, indicando tantas outras formulações – textualizações – possíveis no mesmo sítio de significação e que se organizam em diferentes espaços significantes. Cada texto tem os vestígios da forma como a política do dizer inscreveu a memória (saber discursivo) na sua formulação. Um texto é sempre um conjunto de formulações entre outras possíveis [...].

Por outro lado, há formulações impossíveis, ou que não poderiam ser ditas naquelas condições de produção, mas que estão lá, ressoando, provocando movimentos de sentidos. Se a autoria de

um discurso aponta o sentido para certa direção a partir da resposta do sujeito à interpelação, ou seja, à sua identificação, esse mesmo discurso é tomado por saberes de outra formação, mesmo que o sujeito não se identifique com ela, por exemplo, quando há confronto, enfrentamento.

E esse jogo entre o que se deve dizer e o que não se pode dizer, ou seja, entre o imposto e o interdito, revela relações de forças, na luta pelo sentido, presentes nas bordas de uma formação discursiva, bordas essas instáveis, porosas, reguladas internamente por uma forma-sujeito e externamente pela tensão com outras formações discursivas.

À interpelação e à injunção a interpretar em certa direção, o sujeito responde com a ilusão de responsabilidade e de origem. E a autoria – como efeito de fecho, de estabilização – funciona como negação da falta própria do sujeito, que só pode ser preenchida pelo Outro. A crítica que Pêcheux faz à ciência régia cabe aqui como descrição desse processo de construção de afirmações (da transparência e da regularidade) e de negações (da opacidade e do equívoco), “dando a ilusão que sempre se pode saber do que se fala [...] negando o ato de interpretação no próprio momento em que ele aparece” (PÊCHEUX, 1990b, p. 55).

Assim, enquanto o sujeito percebe os sentidos como se estivessem nas palavras e é percebido como alguém que atribui sentidos, nesses dois eventos o que se dá – e escapa, é esquecida – é a submissão ao processo de constituição

de sentidos. “Os sujeitos têm um papel ativo e determinante na constituição dos sentidos, mas este processo escapa ao seu controle e às suas intenções” (ORLANDI, 1996, p. 135).

Podemos arriscar dizer que a autoria, ao mesmo tempo em que regula a organização, a partir de uma interpretação em certa direção, também funciona para negar o próprio gesto de interpretação. E nisso voltamos à questão da multiplicidade e do deslizamento, que são contidos pelo gesto de autoria. Afinal, não é suportável ao sujeito aceitar a dispersão e a desestabilização, sobretudo em se falando em texto e autoria.

Por isso, além de a autoria, diante da dispersão, levar ao efeito de unidade do texto, do discurso e do sujeito, ela é um espaço em que sujeito pode atuar com e sob a contradição histórica e a resistência da língua. Por ela, é possível ao sujeito realocar sob a neblina – tornando suportáveis – as imposições e as interdições.

O sujeito-autor, como função enunciativa de autor, “historiciza seu texto ao entrecê-lo de forma inconsciente e indelével à teia discursiva do já-dito” (INDURSKY, 2001, p. 33). O sujeito não só é atravessado pela teia, mas também se atravessa nela. É pela autoria que o sujeito, ao se submeter também se impõe, não apenas como *sujeito a*, mas também como *sujeito de*. Pela autoria, o retorno do já-dito forma o discurso, como atualização e, portanto, com deslizamentos.

As bordas internas da contradição histórica

Tanto a repetição como o deslizamento só são possíveis porque há um espaço de contato entre formações discursivas. Os gestos de interpretação e de autoria atuam justamente nesse lugar. Da mesma forma, a heterogeneidade constitutiva do discurso só é possível porque há esse espaço de contato.

Assim, o estudo da heterogeneidade permite apreender tanto o contato entre Formações Discursivas diferentes e suas respectivas formas-sujeito, quanto o contato entre posições-sujeito, inscritas na mesma Formação Discursiva, mas igualmente diversas, o que implica a concepção de uma Formação Discursiva heterogênea, em que o mesmo convive com a diferença e a divergência, dando origem à contradição (INDURSKY, 2001, p. 28).

Alianças, enfrentamentos, confrontos, sobredeterminações. O contato entre formações discursivas e, portanto, a intervenção do interdiscurso furam suas fronteiras e impõem novos sentidos e novas posições-sujeito (os dois se constituem juntos) a uma formação discursiva particular à qual o sujeito se identifica. A rebeldia não surge da repetição do mesmo, surge do contato com outro.

Assim, tanto a divergência, isto é, o distanciar-se do centro e aproximar-se da fronteira, quanto a diferença, ou a presença de diferentes posições-sujeito em convivência – o que não implica, de forma alguma, harmonia, pois sempre há jogo de forças – só se dão porque há

saberes de outras formações discursivas forçando passagem na fronteira.

E como as formações discursivas são umas atravessadas pelos saberes de outras, a fronteira não separa uma uniformidade de outra, já que, como dissemos em outro momento (SCHONS; MITTMANN, 2009), a contradição não resulta do contraste de homogeneidades antagônicas. Portanto, é mais interessante pensar a fronteira não como delimitação de espaço predeterminado, mas como lugar de conflito, onde jogam forças, o que resulta em lugar de movências.

Pensar a heterogeneidade do discurso nessa perspectiva é associá-la à contradição social. Como afirma Cazarin, reportando-se a Pêcheux:

A heterogeneidade discursiva é entendida como elemento constitutivo de práticas discursivas que se dominam, se aliam ou se afrontam num certo estado da luta ideológica e política, no seio de uma formação social e numa conjuntura histórica determinada. Trata-se do efeito do interdiscurso no interior mesmo de uma série de formulações, constituindo o saber próprio a uma FD dada (2002, p. 21).

Esse complexo de formações discursivas – isto é, o interdiscurso – intervém sobre o que se pode/deve dizer. A materialidade discursiva do interdiscurso intervém na constituição do discurso, como um já-dito (PÊCHEUX, 1990a, p. 289). Portanto, analisar a heterogeneidade é reportar o não-dito a um já-lá; é pensar a contradição presente na luta ideológica, é discernir “o que resiste dizer no dizer mesmo” (PÊCHEUX, 1981a, p. 200). Isso é o que ousamos tentar neste texto.

A sintaxe e o duplo jogo da materialidade

Considerando que a prática discursiva se dá por meio da materialidade linguística, é sobre esta materialidade que os analistas do discurso trabalham. Como vimos no início deste texto, foi tomando a sintaxe como base material que Pêcheux (1990b) discutiu o funcionamento dos espaços discursivos “logicamente estabilizados”, trabalhando sobre o funcionamento sintático das alternativas, “a lógica do ou...ou”.

E também foi a sintaxe quem interveio na discussão sobre o imposto e o interdito na interpretação, quando o autor abordou as relativas (PÊCHEUX, 1981b). No caso de uma relativa referente a um nome próprio, a interpretação é imposta como apositiva: Fulano, que... Já quando a relativa é referente a um pronome como “aquele”, a sua interpretação como apositiva é interdita: Aquele que... Assim, com base na própria sintaxe, podemos reconhecer tanto o funcionamento de imposição como o de interdição ao dizer e ao interpretar.

Esse trabalho sobre a materialidade linguística só é possível porque a Análise do Discurso não concebe a língua como um sistema lógico com estreito espaço para a falha (a agramaticalidade da sintaxe gerativa transformacional), e sim como o lugar privilegiado de inscrição de traços languageiros, em que o possível (gramaticalidade) e o impossível (agramaticalidade) são dois objetos

fundamentalmente da mesma natureza (PÊCHEUX, 1981a).

Nessa perspectiva, a concepção de sintaxe que se toma como ponto de partida, base material, não pode ser a “do isolamento num mundo estabilizado logicamente, tampouco a que se detém na abstração exclusiva do enquadramento formal dos fenômenos linguísticos” e, sim, uma concepção de sintaxe “cujo dispositivo de análise permitisse visualizar mais claramente as relações entre os enunciados, bem como seus mecanismos de funcionamento (organização da língua como acesso ao acontecimento discursivo)” (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 102).

Assim é que o analista lança mão de traços sintáticos e lexicais para, do ponto de vista discursivo, remeter ao já-lá da interpelação ideológica e do interdiscurso. É o que pretendemos discutir aqui é o funcionamento sintático da heterogeneidade do discurso no jogo de forças resultante da contradição histórica e, ainda, como o interdiscurso intervém no fio do discurso e o constitui.

Como dissemos em outro texto (SCHONS; MITTMANN, 2009), o atravessamento recíproco entre o ideológico e a língua já não permite pensar a contraposição entre *o que é* (o estabilizado) e *o que não é* (o não estabilizado) e, sim, pensar a plurivocidade, constituída pela própria contradição. É pelo duplo jogo da materialidade, como atravessamento, que se pode entender que *o que não é* constitui *o que é*.

Há fronteiras entre as formações discursivas, há dominância e determinações, mas as fronteiras não conseguem impedir os atravessamentos que acabam por ser constitutivos do discurso, e não simples anexos. É nessa perspectiva que faremos a análise de duas notas públicas (anexo) postadas na internet no dia 21 de agosto de 2009, quando do assassinato do trabalhador sem-terra Elton Brum durante a reintegração de posse da Fazenda Southall em São Gabriel - RS.

O primeiro texto foi postado no *site* do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e leva a assinatura do próprio movimento, chamaremos de Nota-MST. O segundo foi postado no *site* da Brigada Militar (BM) e é assinado pelo seu comandante-geral à época, ao qual chamaremos de Nota-BM.

A internet tem funcionado como um dos principais meios de circulação de discursos. A Nota-MST está presente em diversos sites identificados com o posicionamento de denúncia das condições de existência atuais: *sites* de outros movimentos sociais, de jornalismo alternativo e também nas chamadas redes sociais. A Nota-BM também está presente em alguns *sites*, mas com menor circulação – apenas fragmentos dela foram repetidos em jornais –, talvez pelo fato de ser um discurso de um aparelho repressor de Estado, que traz à memória fatos de um passado que se quer esquecido pela sociedade, ou que não se quer identificado com os fatos atuais, talvez porque não interesse a circulação de um discurso

que traz na própria construção de sua defesa o eco da denúncia.

De qualquer forma, os textos circulam e repousam em diferentes parágrafos no grande arquivo que é a internet, lugar de presença de todos os contrários. Sob um formato que parece capaz de abarcar tudo, tem-se o efeito de que por ali é possível ter acesso a tudo o que se pode e deve saber, ou não se pode nem se deve, ou seja, há um efeito de que as fronteiras presentes nas condições de existência são mais esburacadas quando os textos circulam pela internet. Mas uma rápida busca pelos dois textos mostra que as postagens se dão, sobretudo, em *sites* de alianças. Quer dizer, há uma sintaxe de distribuição, organização e articulação nesse arquivo. E as mesmas fronteiras presentes na formação social são demarcadas na internet, numa sintaxe mais dura do que se desejaria. Por outro lado, a mesma sintaxe que separa é a que une, que faz ressoar, numa metáfora interessante sobre a própria estruturação do discurso.

O interdito e o já-dito na sintaxe

O assassinato de Elton Brum demarca um fato histórico. Em meio aos muitos assassinatos de membros de movimentos sociais, este teve grande repercussão nos *sites* dos que se identificam com tais movimentos, seguindo a palavra de ordem que fecha a Nota Pública do MST: “Por nossos mortos, nem um minuto de

silêncio. Toda uma vida de luta!” Nesta palavra de ordem, “um minuto de silêncio” já não significa apenas homenagem aos mortos, ainda que esse sentido esteja ali presente, pela memória.

O que se encontra como evidência no nível da superfície dos segmentos de sentidos, num movimento de refluxo, perde esse lugar de superfície, diante da dominância de outro sentido, e só retorna na condição de um já-lá, um pré-construído. E essa formulação (atualização) faz desencadear, sobretudo, o efeito de sentido de algo que deve ser enfrentado pelo discurso, como prática. O silêncio como gesto de homenagem é substituído na palavra de ordem pelo gesto de resistência. A luta rebela-se ao silêncio imposto e o substitui na formulação. O gesto pontual e estático do minuto de silêncio é rejeitado em nome de uma demanda: a chamada à ação, que deve durar toda uma vida, até que se conquistem novas condições de existência.

Na Nota-MST, a rejeição ao silêncio se dá pela demanda de falar, de denunciar. “Denunciar” e sua variante “Denunciamos” é o léxico que abre seis dos seus oito tópicos. São denunciados, inicialmente, a ação truculenta da Brigada Militar e o seu resultado – um assassinado e dezenas de feridos –, para em seguida a denúncia da responsabilidade pelo delito recair sobre a representação do Estado: a governadora, o comandante da BM, o Poder Judiciário e o Ministério Público Estadual.

Sintaticamente, esse rebelar-se contra o silêncio imposto funciona de duas formas. O início do texto abre um espaço para preenchimento: “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vem a público manifestar novamente seu pesar pela perda do companheiro Elton Brum, manifestar sua solidariedade à família e para:”. O espaço aberto com os dois pontos chama à complementação, que se preenche, se satura através dos verbos em infinitivo. Estes, por sua vez, também se abrem para uma complementação imediatamente preenchida: O MST vem a público para: denunciar (a ação da BM e o resultado), lembrar (que os movimentos sociais têm denunciado a política de criminalização do governo) e reafirmar (que o MST seguirá exigindo o assentamento e as condições de infraestrutura). Quando a denúncia se dá sobre aqueles que representam o Estado, a desinência verbal é apresentada com a primeira pessoa: “Denunciamos”. Essa forma funciona através de uma “quebra” da sintaxe – “vem a público... para:” –, como uma irrupção no fio do enunciado que inicia o texto. Já não se trata apenas da função de porta-voz falando pelo coletivo, pois o porta-voz irrompe como primeira pessoa, inserindo-se nesse coletivo, o que culmina com a voz que grita: “Exigimos Justiça e Punição aos Culpados!”

Aqui cabe fazer uma ressalva a respeito da interpretação de fronteiras. Não se pode tomar a voz do porta-voz como dentro ou fora, mas deve-se justamente concebê-la, pela interpretação, nesse mo-

vimento dentro-fora. Da mesma forma, a ambiguidade da formulação, que pode ser desmembrada em “exigimos justiça e exigimos punição aos culpados” e “exigimos que os culpados sejam julgados e punidos”, não pode ser vista aqui como uma relação da “lógica ou...ou” (tão criticada por Pêcheux), mas como um conjunto de pré-construídos que vêm interceder na construção da interpretação desse enunciado. Quer dizer, tanto num caso como no outro, a ambiguidade marcada pela sintaxe não deve ser percebida a partir de uma necessidade de desambiguar, mas de uma necessidade de conceber as diferentes possibilidades de interpretação como fazendo parte de uma mesma interpretação. Trata-se de perceber a heterogeneidade como constitutiva, como o próprio entremear da formulação.

Isso nos remete à discussão de Pêcheux sobre as formulações dos discursos das ideologias dominadas:

Parece ser crucial afastar a ideia, tanto sedutora quanto falsa, de que as ideologias dominadas, por não serem o simples reflexo inverso da ideologia dominante, constituiriam espécies de germes independentes: elas nascem no lugar mesmo da dominação ideológica na forma dessas múltiplas falhas e resistências, cujo estudo discursivo concreto supõe abranger o efeito do real histórico que, no interdiscurso, funciona como causalidade heterogênea, e, ao mesmo tempo, o efeito do real sintático, que condiciona a estrutura internamente contraditória da sequência discursiva (Pêcheux, 2009, p. 26).

Não se trata aqui da dependência da FD da classe que sofre a dominação (representada aqui pelo MST) à FD da classe dominante, em que a primeira

surgiria em função da dominância da segunda, nem da sua total independência. A exclusão de uma possibilidade em favor de outra apenas reduz a complexidade das relações a uma falsa predeterminação.

Isso significa dizer que, mesmo com a marcação lexical e sintática totalmente diferentes entre as duas notas no que se refere ao fato do assassinato de Elton Brum, uma ressoa sobre e a partir da outra. Vejamos:

Na Nota-MST, o fato é apresentado como “o assassinato de Elton Brum pela Brigada Militar do RS”, “a perda do companheiro Elton Brum”, “o assassinato do agricultor Elton Brum”, “Brum foi assassinado”, “Há indícios de que tenha sido assassinado pelas costas” e “a morte do trabalhador sem-terra”. Elton Brum aparece ocupando os lugares de companheiro de luta, agricultor e trabalhador sem-terra, além de, em certo momento, pai de dois filhos.

O contexto da morte de Brum é assim apresentado na mesma nota: “As informações sobre o despejo apontam que Brum foi assassinado quando a situação já encontrava-se controlada e sem resistência. Há indícios de que tenha sido assassinado pelas costas.” A imagem do trabalhador assassinado pelas costas realmente não condiz com a imagem de resistência ao despejo. A relação temporal marcada pelo conector “quando” mais do que indicar o instante ou as circunstâncias em que o fato ocorreu, funciona como prova de que a ação da Brigada Militar foi ilegítima. O

que traz um pré-construído que vem do outro lado da fronteira: de que a ação truculenta da Brigada Militar (o que inclui o assassinato) poderia ser legítima se houvesse descontrolado e resistência, ou ainda, que é legítima sempre que há descontrolado e resistência.

Na Nota-BM, que, ao contrário da anterior, apresenta-se como defesa, além de legitimar a ação da Brigada Militar, precisa apagar os vestígios de denúncia que insistem em ressoar. Assim, é claro que o termo “assassinato” não pode ser dito em nenhum momento para descrever o fato, nem mesmo sob a forma da negação. Mas ele ressoa. Já no início da nota, o comandante apresenta o esclarecimento como consequência: “diante dos fatos ocorridos durante a execução da operação policial... vem a público esclarecer o que segue:” Não são ditos que fatos são esses, pois são tomados como evidentes, como um já-dito que faz parte do não dito e que não pode ser dito, mas apenas apontado como já sabido. O que não é dito, mas é apontado – os fatos ocorridos –, funciona como impulso para a escrita da nota. Quer dizer, embora ele não possa ser dito, é justamente o que sustenta todas as formulações que virão completar o espaço deixado pelos dois pontos.

E o primeiro tópico da Nota-BM é “A Brigada Militar lamenta a morte ocorrida.”. Então, o fato começa a aparecer no texto, ainda de forma nebulosa. Os “fatos ocorridos” são a “morte ocorrida”. Quem morreu (“uma pessoa morta”, “a vítima”) não precisa ser dito, é do suposto

já-sabido. E não interessa explicitar o já-sabido. Aquele que é apresentado na Nota-MST com nome próprio e ocupando diferentes lugares, aqui ocupa um único lugar (o de *pos mortem*) e não tem nome.

Assim, o outro – e a noção mesma de alter – vai paulatinamente significando exclusão e ponto final. O outro é representado e imaginado como aquele que incomoda, causa desconforto e com o qual não necessito mais negociar, pois é facilmente descartado, refugado; é por definição descartável (SEIXAS, 2009, p. 86).

A pessoa morta é, mais do que excluída, descartável, por isso, não tem nome nem lugar. E isso é marcado na materialidade linguística pelo espaço de silêncio. A relação da BM com esse que não tem nome nem lugar se manifesta muito mais pelo silêncio do que pela lamentação, que aqui, aliás, recebe o sentido não de sentimento, nem de posicionamento, mas de mera formalidade burocrática: “A Brigada Militar lamenta a morte ocorrida” é o tópico que abre a lista, “O Governo do Estado determina que se dê o apoio e lamentando a perda, dará o suporte necessário à família da vítima.” é o tópico que fecha a lista. Na abertura e no fechamento, ou seja, na sintaxe textual que constrói o efeito de borda, de fecho, fala-se da BM e do governo do estado, no cumprimento de sua função burocrática, não do assassinato. E é assim que se constrói a nota: o comandante cumpre com sua função de esclarecer qual foi e qual será a ação da BM.

A ação de matar implica um agente e a interdição do dizer da denúncia so-

bre o agente, o autor ou o responsável não alcança negar esse já-dito. Então, a BM é apresentada novamente em sua atuação burocrática, a de identificação: “Já foram identificados os Policiais Militares que manusearam armamento de mesma característica e calibre, que preliminarmente foi apontado como o causador do óbito (calibre 12), cabendo ao encarregado do inquérito a identificação da autoria.”

Diante da morte inegável e da exigência externa de apontar o culpado, uma sintaxe confusa enreda vários atores, ou suspeitos autores, já que o próprio assassinato precisa ser posto sob suspeita. Não é apresentado um agente de um assassinato, mas uma relação de causa (e nos perguntamos: qual?) e consequência (o óbito), em que um causador que deveria ser apontado, na verdade já o foi, preliminarmente, através da acusação. E como essa acusação vem de outro lugar (outra formação discursiva), não é tomada como legítima, pois não tem um agente acusador nomeado e porque é preliminar.

Ou seja, na Nota-BM, os policiais militares não podem ser apontados como culpados, mas a suspeita vem do já-dito daquele outro lugar e lá estava designada como denúncia. Essa suspeita-denúncia intervém no fio do discurso através de uma relativa: “que manusearam armamento”, isto é, os policiais são apresentados não como causadores do óbito, mas como quem manuseou armamento, dito assim, sem determinante, o que leva

a concluir por qualquer armamento que não especificamente aquele apontado na denúncia. Quer dizer, aquele armamento apontado na denúncia é um armamento que tem certa “característica e calibre 12”, mas no fio do discurso ele não aparece, a não ser como vestígio em “mesma”. O que aparece é um substituto suspeito: qualquer armamento com certa característica e calibre 12.

E então nos deparamos com uma segunda relativa que é o encaixe daquele já-dito que vem de outra FD: “que preliminarmente foi apontado como o causador do óbito (calibre 12)”. O que o pronome “que” recupera? A primeira hipótese é de que recupera o calibre, já que este retorna depois da relativa. A segunda hipótese é de que recupera armamento, mas o enunciado assinala para qualquer armamento com características e calibre 12 e não para aquele armamento da acusação. Ou seja, por uma análise da estrutura lógica do enunciado (tomado então como frase), “calibre” aparece com maior probabilidade de assumir o lugar de sujeito da ação do que “armamento”.

Como o que interessa aqui não é uma interpretação sob a “lógica do ou... ou”, a sintaxe confusa nos revela a relação do já-dito que é interdito com o dito. É a interdição da formulação “um policial militar matou um trabalhador sem-terra com um armamento de certas características”, que pode ser dita somente do lado de fora da fronteira, mas vem ressoar neste dizer do lado de dentro.

Assim, é pela ressonância, que os dizeres de outra formação discursiva

intervêm na interpretação do discurso. E essa ressonância aqui intervém a partir da sintaxe. Por outro lado, a relativa justamente funciona no sentido da saturação, de imposição e de interdição dos possíveis percursos de interpretação.

Retorno ao efeito de fecho

Como conceber a heterogeneidade e a contradição, se não se trata de uma simples rede de oposições, de desvios em um referencial globalmente homogêneo, nem de uma circulação aleatória de fragmentos de discursos? É o que pergunta Pêcheux no balanço final do encontro *Matérialités Discursive*, no ano de 1980 (PÊCHEUX, 1981a, p. 200). Décadas depois, a pergunta segue ressoando.

A questão da constituição heterogênea do discurso pode apontar para três discussões teóricas. A primeira é a do pré-construído e, por ela, o ressoar do que pode ser dito, mas também do que não pode ser dito. E aí entramos na segunda questão teórica: a das fronteiras entre as formações discursivas, às vezes tão demarcadas como no caso analisado neste artigo, mas que nem por isso conseguem impedir o atravessamento do que é dito em outra. E essa relação entre as formações discursivas contrárias, em permanente confronto, nos leva à terceira questão: a da contradição constitutiva. Não há nem dependência do discurso da formação discursiva dominada (como a Nota-MST) à formação discursiva dominante (aqui representada pelo seu aparelho repressor através da Nota-PM),

nem a sua total independência. O que há é um jogo de forças entre as duas que leva às diferentes formas de aparecimento do que é de uma na sintaxe da outra, seja pelo dito, seja pelo não dito, seja pelo interdito.

Por isso, ancorando-nos em duas discussões de Pêcheux sobre a sintaxe – sobre a lógica do ou... ou e sobre o encaixe do imposto e do interdito –, percebemos a possibilidade de a heterogeneidade tomar um sentido de movência por entre as palavras, envolvendo não apenas vozes, pontos de vista, pedaços de textos, mas a própria contradição histórica.

A autoria intervém, pela sintaxe, para organizar essa movência, levando a um efeito de estabilidade, de homogeneidade, de unidade, de responsabilidade, de fecho enfim.

Constitutive heterogeneity,
historical contradiction and syntax

Abstract

In this paper, we discuss some aspects on the constitution of the discourse at the crossing of historical materiality with linguistic materiality. How does discursivity extend itself along the “thread of discourse”? How is sewn at syntax what is imposed and what is interdicted in a Discursive Formation? How does authorship work with and underneath heterogeneity and contradiction? To discuss such issues, we analyze a note emitted by “Brigada Militar” from Rio Grande do Sul and another note emitted by “Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra”

when a landless worker was murdered by a policeman during a repossession.

Key words: Heterogeneity of discourse. Discursive formation. Authorship. Imposition and interdiction of the saying.

Referências

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 11-21.

CAZARIN, Ercília. Da polifonia de Ducrot à heterogeneidade na análise do discurso. *Formas e Linguagens*, Ijuí, ano 1, n. 2, p. 15-38, abr./jun. 2002.

GALLO, Solange Leda. Autoria: função do sujeito e efeito do discurso. In: TASSO, Ismara. *Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória*. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 205-214.

INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, A.; FUNCK, S. B. *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1993.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. La frontière absente (un bilan). In: CONEIN, Bernard et al. *Materi-*

alite discursives. Lille: Presses universitaires de Lille, 1981a. p. 199-202.

_____. L'énocé: enchâssement, articulation et dé-liaison. In: CONEIN, Bernard et al. *Materialité discursives*. Lille: Presses universitaires de Lille, 1981b. p. 143-148.

_____. Lecture et mémoire: projet de recherche. In: _____. *L'inquiétude du discours*. Paris: Éditions des Cendres, 1990a. p. 285-293.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990b.

_____. O estranho espelho da análise do discurso. Trad. de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard et al. In: COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Edufscar, 2009. p. 21-26.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni P. Orlandi et al. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

SEIXAS, Jacy Alves de. A imaginação do outro e as subjetividades narcísicas: um olhar sobre a in-visibilidade contemporânea (o mal-estar de Flaubert no Orkut). In: NAXARA, M. R. C.; MARSON, I. A.; MAGALHÃES, M. B. de. (Org.). *Figurações do outro na história*. Uberlândia: Edufu, 2009. p. 63-88.

SCHONS, Carme Regina; MITTMANN, Solange. A contradição e a (re)produção/transformação na e pela ideologia. In: IN-DURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (Org.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 295-304.

Anexos

NOTA DO MST EM 21/8/2009

<http://www.mst.org.br/node/7977>

Nota pública sobre o assassinato de Elton Brum pela Brigada Militar do RS
O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vem a público manifestar novamente seu

pesar pela perda do companheiro Elton Brum, manifestar sua solidariedade à família e para:

1. Denunciar mais uma ação truculenta e violenta da Brigada Militar do Rio Grande do Sul que resultou no assassinato do agricultor Elton Brum, 44 anos, pai de dois filhos, natural de Canguçu, durante o despejo da ocupação da Fazenda Southall em São Gabriel. As informações sobre o despejo apontam que Brum foi assassinado quando a situação já encontrava-se controlada e sem resistência. Há indícios de que tenha sido assassinado pelas costas.

2. Denunciar que além da morte do trabalhador sem terra, a ação resultou ainda em dezenas de feridos, incluindo mulheres e crianças, com ferimentos de estilhaços, espadas e mordidas de cães.

3. Denunciamos a Governadora Yeda Crusius, hierarquicamente comandante da Brigada Militar, responsável por uma política de criminalização dos movimentos sociais e de violência contra os trabalhadores urbanos e rurais. O uso de armas de fogo no tratamento dos movimentos sociais revela que a violência é parte da política deste Estado. A criminalização não é uma exceção, mas regra e necessidade de um governo, impopular e a serviço de interesses obscuros, para manter-se no poder pela força.

4. Denunciamos o Coronel Lauro Binsfield, Comandante da Brigada Militar, cujo histórico inclui outras ações de descontrole, truculência e violência contra os trabalhadores, como no 8 de março de 2008, quando repetiu os mesmos métodos contra as mulheres da Via Campesina.

5. Denunciamos o Poder Judiciário que impediu a desapropriação e a emissão de posse da Fazenda Antoniasi, onde Elton Brum seria assentado. Sua vida teria sido poupada se o Poder Judiciário estivesse a serviço da Constituição Federal e não de interesses oligárquicos locais.

6. Denunciamos o Ministério Público Estadual de São Gabriel que se omitiu quando as famílias assentadas exigiam a liberação de recursos já disponíveis para a construção da escola de 350 famílias, que agora perderão o ano letivo, e para a saúde, que já custou a vida de três crianças. O mesmo MPE se omitiu no momento da ação, diante da violência a qual foi testemunha no

local. E agora vem público elogiar ação da Brigada Militar como profissional.

7. Lembrar à sociedade brasileira que os movimentos sociais do campo tem denunciado há mais de um ano a política de criminalização do Governo Yeda Crusius à Comissão de Direitos Humanos do Senado, à Secretaria Especial de Direitos Humanos, à Ouvidoria Agrária e à Organização dos Estados Americanos. A omissão das autoridades e o desrespeito da Governadora à qualquer instituição e a democracia resultaram hoje em uma vítima fatal.

8. Reafirmar que seguiremos exigindo o assentamento de todas as famílias acampadas no Rio Grande do Sul e as condições de infra-estrutura para a implantação dos assentamentos de São Gabriel.

Exigimos Justiça e Punição aos Culpados!

Por nossos mortos, nem um minuto de silêncio. Toda uma vida de luta!

Reforma Agrária, por justiça social e soberania popular!

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NOTA DA BRIGADA MILITAR EM 21/8/2009
<http://www.brigadamilitar.rs.gov.br/>

O Comandante-Geral da Brigada Militar, diante dos fatos ocorridos durante a execução da operação policial que atendia o cumprimento de determinação judicial de reintegrar a posse da Fazenda Southall, em São Gabriel, vem a público esclarecer o que segue:

1 – A Brigada Militar lamenta a morte ocorrida.

2 – Apesar da negociação tentada durante dias para desocupação pacífica, na data de 21.08.09, houve o cumprimento da missão com resistência e confronto.

3 – Na avaliação que se seguiu, após a realização da operação, constatou-se erro na execução da operação, na medida em que o planejamento do Comandante-Geral não foi seguido na íntegra.

4 – Houve instrução preparatória do Comando da tropa executora da operação, para os efetivos envolvidos, onde foi reforçada a determinação de uso exclusivo de munição não letal, atos estes acompanhados por representantes do Ministério Público e Conselho Tutelar.

5 – Todas as etapas técnicas e doutrinárias que precedem a ação propriamente dita (a reintegração) para este tipo de evento, foram executadas na íntegra, tais como: constituição da tropa, progressão no terreno, cerco, demonstração de força e pedido de atendimento da ordem judicial.

6 – Consumado o ato formal do oficial de justiça (leitura do mandado judicial), foi concedido prazo para o cumprimento da ordem de forma espontânea pelos invasores.

7 – Não havendo cumprimento, passou-se à execução da reintegração através do rompimento da barricada que bloqueava o acesso ao interior da fazenda, a qual era constituída por pedras, paus, lanças e armadilhas típicas de guerrilha.

8 – A tropa ingressou no local conflagrado, onde encontrou forte resistência por parte dos invasores, ocorrendo o confronto, com feridos e infelizmente uma pessoa morta.

9 – Diante do ocorrido, foi instaurado o competente Inquérito Policial Militar, sob a presidência do Corregedor-Geral da Brigada Militar, o qual apurará as circunstâncias desse confronto.

10 – Já foram identificados os Policiais Militares que manusearam armamento de mesma característica e calibre, que preliminarmente foi apontado como o causador do óbito (calibre 12), cabendo ao encarregado do inquérito a identificação da autoria. No entanto, foi sumariamente sindicado junto aos Policiais Militares que usaram este tipo de armamento e todos foram unânimes em afirmar o uso de munição não letal, bem como confirmam o recebimento da ordem para tal procedimento.

11 – Foi solicitado e atendido pelo Ministério Público Estadual o acompanhamento da investigação, junto ao encarregado do inquérito, de promotor público, sendo indicada a Dra Ivana, da comarca de São Gabriel.

12 – Armamentos, munição e imagens relacionadas ao fato, foram apreendidas, lacradas e entregues ao encarregado do IPM.

13 – O Governo do Estado determina que se dê o apoio e lamentando a perda, dará o suporte necessário à família da vítima.

Comandante-geral da Brigada Militar